



MUNICÍPIO DE BORBA

Praça da República - 7150-249 Borba . Telef.: 268 891 630 . Fax: 268 894 806 . e-mail: angelo.sa@cm-borba.pt
http://www.cm-borba.pt - Contribuinte n.º 503 956 546

ACTA N.º.23/2004 **REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE** **BORBA REALIZADA NO DIA 10 DE DEZEMBRO DE 2004**

Aos dez dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e quatro, no Salão Nobre dos Paços do Município da Vila de Borba, reuniu pelas dez horas a Câmara Municipal de Borba, com a presença dos vereadores eleitos pelo Partido Socialista, Artur João Rebola Pombeiro e Humberto Luís Russo Ratado, vereadores eleitos pela CDU Joaquim José Serra Silva e Vicente Manuel Ameixa Ermitão, sob a Presidência do Sr. Dr. Ângelo João Guarda Verdades de Sá, Presidente da mesma Câmara.-----

Como secretária à reunião esteve presente a funcionária Aldina Vitória Bilro Vinhas do Maio, Assistente Administrativa Especialista da Câmara Municipal de Borba.-----

Movimento Financeiro-----

Foi distribuído e presente o resumo diário de tesouraria do dia nove de Dezembro de 2004, que acusa um total de disponibilidades de **348.192,82 € (trezentos e quarenta e oito mil cento e noventa e dois euros e oitenta e dois cêntimos)**.-----

----PONTO 1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA--

Ponto 1.1 – Assuntos Gerais de interesse para a autarquia-----

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião e perguntou ao restante executivo se tinha algum assunto geral de interesse para a autarquia que pretendesse apresentar.-----

Usou da palavra o vereador eleito pela CDU, Joaquim Serra, que saudou a decisão do Senhor Presidente da República de demitir o Governo. Finalmente, passados quatro meses, o Sr. Presidente da República percebeu aquilo que já outros tinham percebido anteriormente e que é um exemplo de que vale a pena lutar, porque foi fruto das lutas dos trabalhadores, dos sindicatos, dos professores, dos estudantes e das lutas da força de segurança

que efectivamente criaram as condições para que o Sr. Presidente da República viesse a tomar esta decisão. Os eleitos da CDU consideram que a decisão perca pela tardia, foram quatro meses que se perderam, que dificilmente se recupera. Congratulam-se com esta atitude do Sr. Presidente da República mas deixam aqui expressa esta crítica.-----
Usou da palavra o Sr. Presidente referindo que está de acordo, só espera que valha a pena, ou seja, que haja mudança e que essa mudança seja para melhor.-----

Proposta de Alteração à Ordem do Dia-----

O Sr. Presidente apresentou uma proposta de alteração à Ordem do Dia para que sejam incluídos os seguintes pontos: “Aditamento ao Protocolo de Acordo para a Execução do Programa Melhor Acolhimento ao Visitante no Concelho de Borba”, “Reformulação do valor da Candidatura Estrada da Nora/Barro Branco” e “Execução por Administração Directa de Trabalhos Compensatórios de Expropriação na Estrada Nora/Barro Branco”.-----
A proposta foi colocada à votação, tendo sido deliberado, por unanimidade, a sua aprovação.-----

-----PONTO 2. ORDEM DO DIA -----

A Ordem do Dia passou a ser a seguinte:-----

Ponto 2.1– Aprovação da Acta nº.22/2004-----

Ponto 2.2 – Documentos Previsionais:-----

a) Orçamento para o ano de 2005-----

b) Grandes Opções do Plano para o ano de 2005-----

Ponto 2.3 – Tabela de Taxas, Licenças e Tarifas para o ano de 2005-----

Ponto 2.4 – Empréstimo a Curto Prazo-----

Ponto 2.5 – Alteração ao Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização-----

Ponto 2.6 – Apresentação de Candidaturas:

a) “Adaptação e Reformulação das Salas e Instalações das Escolas Básicas do Concelho de Borba, Edifícios de Apoio e Arranjos Exteriores” à CCDRA, no âmbito do PORA-----

b) “Programa de Operacionalização do Investimento Turístico de Borba”, Programa PIQTUR, Medida 4.1-----

Ponto 2.7 – Concurso Público para a Empreitada “Parque Desportivo de Borba – 3ª Fase – Relva Sintética do Campo de Futebol/Pistas Reduzidas para Atletismo”-----

Ponto 2.8 – Requerimentos-----

Ponto 2.9 – Alteração à Minuta de Contrato de Urbanização-----

Ponto 2.10 – Aprovação de Infraestruturas de Loteamento Urbano-----
Ponto 2.11 – Adesão à ESTER-----
Ponto 2.12 – Aditamento ao Protocolo de Acordo para a Execução do Programa Melhor Acolhimento ao Visitante no Concelho de Borba-----
Ponto 2.13 – Reformulação do valor da Candidatura Estrada da Nora/Barro Branco-----
Ponto 2.14– Execução por Administração Directa de Trabalhos Compensatórios de Expropriação na Estrada Nora/Barro Branco-----
Ponto 2.15– Actividades da Câmara-----

PONTO 2.1 – APROVAÇÃO DA ACTA N.º. 22/2004 -----

Previamente distribuída por todo o executivo, foi deliberado, por maioria, com quatro votos a favor e uma abstenção, aprovar a acta n.º.22/2004. Absteve-se o vereador Vicente Ermitão por não ter participado na reunião.-

PONTO 2.2 – DOCUMENTOS PREVISIONAIS:-----

O Sr. Presidente começou por referir que relativamente às propostas presentes, e que foram previamente distribuídas por todo o executivo, foi feito um balanço provisório relativamente a 2004. Relativamente ao Plano de Investimentos para 2005 aparece com os objectivos e as principais acções a desenvolver em 2005 e um comentário às Grandes Acções do Plano que, no fundo, reflecte aquilo que tem sido a Política dos eleitos do PS desde 2002, ou seja: a tentativa de por em prática aquilo que é possível. Reconhece que por vezes há determinadas propostas que não se concretizam, fruto das receitas a que acha que têm direito e não se recebem. Espera, contudo, que com as mudanças que venham a ocorrer que a Lei das Finanças Locais se comece a cumprir e que as receitas para as autarquias, sobretudo para as do interior, sejam superiores para superarem as dificuldades que têm para concretizar grande parte dos projectos que consideram fundamentais para os concelhos. Tais projectos, prendem-se com a qualidade de vida e o desenvolvimento económico do interior, se assim for, independentemente das forças políticas que estiverem no Poder, Borba e o interior do País vão ser beneficiados. Queremos que as populações beneficiem de alguns equipamentos e de uma série de infraestruturas que não tiveram até aqui.-----

Reconhece que algumas das propostas apresentas nos documentos previsionais poderão não vir a ser concretizadas. Contudo se isso acontecer os únicos prejudicados são os eleitos em maioria, pois se não houver execução a própria oposição vai atacar dizendo que prometemos e não fizemos. No entanto também sabe que há sempre formas de explicar isso à população. Sabe que há coisas que são fundamentais para o concelho e que

acabam por não se concretizar porque o interesse dos sucessivos governos pelo interior, infelizmente, tem sido aquilo que todos conhecemos.----- Seguidamente colocou os documentos à apreciação e discussão de todos os presentes.-----

a) Orçamento para o ano de 2005-----

Previamente distribuída por todo o executivo a proposta para o Orçamento para o ano de 2005 apresenta os seguintes valores:-----

Receita Corrente: 4.761.200 Euros-----

Receita de Capital: 8.522.250 Euros-----

Total da Receita: 13.283.450 Euros-----

Despesa Corrente: 4.761.200 Euros-----

Despesa de Capital: 8.522.250 Euros-----

Total da Despesa: 13.283.450 Euros-----

Conforme estabelecido na alínea c) do nº.2 do artigo 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a **Câmara Municipal após a elaboração da referida proposta propõe submetê-la à aprovação da Assembleia Municipal.**-----

Depois de analisarem os documentos, os vereadores eleitos pela CDU, fizeram as seguintes observações: “Ao analisar os documentos enviados para apreciação, confessamos que nos assustámos, pois ao ler-mos a parte política, nomeadamente o Balanço provisório 2004, Plano de Actividades para 2005, Objectivos e Principais Acções para 2005, parecia-nos já ter lido aquilo em qualquer sítio e para não ficarmos com dúvidas como aconteceu na Tabela fomos verificar os do ano anterior e ficámos mais satisfeitos – afinal o documento tinha algumas, pequenas diferenças, aliás reflecte bem que a actividade tem sido pouca, mas isso já nós sabíamos, só falta a maioria reconhecer.-----

Propõe para 2005, continuar o que se propunha concluir em 2004 e em 2003 e em 2002, propõe-se iniciar o que previa começar em 2002, propõe-se muita conversa e pouca obra, numa atitude e forma de estar muito mediática e pouco concretizadora, à imagem e semelhança dos novos líderes do PS e PSD, muita promessa, muita conversa fiada.-----

Também à semelhança de figuras nacionais, continua-se a não olhar para a frente procurando responsabilizar a anterior gestão pela ineficácia, pela falta de capacidade de realização, pela confusão que está instalada e em que os serviços da Câmara Municipal caíram, com especial destaque para o pessoal operário, e cuja responsabilidade é de há três anos a esta parte exclusivamente do Partido Socialista.-----

Não se compreende como é possível continuar a dizer, passados três anos, que o problema é dos projectos que havia ou não havia, que o parque de máquinas está obsoleto para justificar o permanente recurso de máquinas a

privados, que o PDM é que não permite senão nós já tínhamos feito, quando se fazem outras à revelia do mesmo Plano, que os particulares não podem desenvolver iniciativas porque os instrumentos de planeamento existentes não permitem, mas que à margem sempre se vão fazendo etc, etc.-----

Passados três anos não se viu nada de novo, nada que a ideia, o seu desenvolvimento e a sua concretização tenha saído da actual maioria, assistimos sim a um arrastar de projectos e obras que não avançam, avançam lentamente, quando não se suspendem de seguida.-----

De diferente e para pior só o agravamento da situação financeira que todos os meses continua em ritmo crescente e que no próximo ano 2005 terá o seu maior agravamento face ao número de concursos para adjudicações de obras sem qualquer prioridade, sem garantias de qualquer financiamento mas cujos compromissos é necessário assumir porque o calendário eleitoral não perdoa e a isso obriga.-----

Foi então pedida a presença do técnico que elaborou a proposta dos documentos previsionais, para poder responder a algumas questões colocadas pelo vereador Joaquim Serra, nomeadamente:-----

- Relativamente à proposta de Orçamento para 2005 – sabe-se que as Transferências do Orçamento de Estado crescem 3,31%, mas que a Receita Orçamental vai crescer 4,67%, por isso, muito acima da receita orçamental de maior peso. Sendo do conhecimento de todos nós que a principal receita da Câmara é a verba que vem do Orçamento de Estado, como é que o responsável técnico justifica este crescimento da receita orçamental acima do crescimento das receitas do Orçamento de Estado. Seria bom percebermos como é possível esta estimativa de crescimento e o seu suporte quando nos dois últimos anos o nível de arrecadação de receitas aponta para valores à volta de 60% e a execução deste ano não será superior, que rigor é posto nestes documentos?-----

Entretanto o técnico responsável pela elaboração dos documentos esclareceu que aquilo que o vereador Joaquim Serra acabou de dizer é a realidade, ou seja: as receitas que estão estipuladas no orçamento são feitas com base nas regras previsionais em relação às receitas correntes (a média dos dois últimos anos) e o acréscimo situa-se dentro desses parâmetros. Em relação às Transferências do Orçamento de Estado estão com base nas propostas do Orçamento de Estado. Esclareceu ainda que a única coisa que não consegue explicar é o que está na rubrica “Outras”.-----

- Será que esta proposta cumpre o POCAL, perguntou o vereador Joaquim Serra?-----

O técnico respondeu que cumpre o POCAL nos pontos a que o POCAL obriga.-----

Entretanto o vereador Joaquim Serra perguntou se cumpre o POCAL, em todos os pontos, menos na rubrica 08019999 e que representa cerca de 25%

da receita corrente prevista, que receitas são estas? Não cumpre o POCAL – referiu o vereador Joaquim Serra que é a conclusão que tira.-----
Contudo, o Sr. Presidente não concorda com a opinião do vereador Joaquim Serra, referindo que a proposta cumpre o POCAL.-----
Reportando-se às rubricas de capital, o vereador Joaquim Serra perguntou:-
Na rubrica 130199 – Outras - o que são os 3.475.655 € (41%) da receita de capital?-----
O Sr. Presidente referiu que esta rubrica é para os Contratos-Programa que se vão fazer.-----
Entretanto o vereador Joaquim Serra referiu que os Contratos-Programa têm que primeiro ser assinados para poderem ser inscritos – é isso que diz o POCAL.-----
O Sr. Presidente referiu que se não tivessem inscritos depois não havia hipóteses de se inscreverem, pois só se podem fazer duas revisões ao orçamento.-----
Referiu o vereador Joaquim Serra que há sempre hipóteses, porque duas revisões ao orçamento era o que previa a Lei anterior. O POCAL permite que se façam todas as revisões que se pretendam – uma das revisões serve para introduzir o saldo. Por isso podem sempre fazer-se orçamentos apertados uma vez que poderão sempre ser mexidos – é este o espírito do POCAL. Contudo, para a questão atrás referida o técnico não encontrou justificação para as verbas inscritas, tanto mais que na execução orçamentada as receitas cobradas em anos anteriores são residuais, pelo que concluímos que a receita está inflacionada em pelo menos 4.651.604,00 Euros, 35% de toda a receita.-----
Seguidamente os vereadores eleitos pela CDU sublinharam: Com esta análise da receita podemos desde já dizer que a receita cresceu desmesuradamente para fazer face à despesa que é apontada mas cuja receita real não poderá cumprir pelo que não podemos falar em rigor orçamental sendo este orçamento demagógico, irresponsável e despesista procurando gastar o que não tem, para dar a ideia que muito vai fazer.-----
Usou da palavra o vereador Humberto Ratado referindo: “concordo que estes documentos sejam o mais rigorosos possíveis e que devem reflectir a realidade. Contudo, quando a oposição diz que não há obras, que não se faz nada – isso custa-me ouvir, porque não é bem assim – temos projectos e queremos que independentemente de quem venha a seguir, tenha instrumentos, projectos e planos para o desenvolvimento do concelho. Evidentemente a proposta de orçamento apresentada é elevada, mas até precisávamos de mais – o que é certo é que não olhamos só para os ciclos eleitorais, senão tínhamos apostado só em dois ou três projectos, e isto era o que acontecia anteriormente. Nós temos uma ideologia diferente ou seja: pensamos no futuro – fazendo projectos para quem vir a seguir os possa ir executando – mesmo com falta de verbas os projectos ficam feitos. Daí a

proposta de orçamento ainda não chegar para tudo o que pretendemos fazer. Uma coisa que considera muito importante é o facto de terem muitos projectos: uns em execução e outros que estão para sair – daí não pensarem só nos ciclos eleitorais mas sim em todo o desenvolvimento do município e para que uma nova equipa que possa vir, ou não, tenha ferramentas de trabalho a partir de Janeiro – o que não aconteceu connosco”.

Usou da palavra o vereador Artur Pombeiro referindo: “Percebo de facto o vereador Joaquim Serra quando ele fala nos desequilíbrios orçamentais – desde há muitos anos, ainda antes da implementação do POCAL, a CDU sempre teve esses deslizes e essas opções e, se bem me lembro, no ano em que a CDU quis implementar o POCAL não conseguiu e teve que fazer “marcha a trás”. A verdade é que, neste momento, compreendo a preocupação do vereador Serra no que respeita à ambição dos eleitos em maioria, ou seja, a ambição de fazer coisas e de tornar o concelho melhor. Compreendo que a forma como a proposta é apresentada pode não ser a mais correcta, tanto mais que vai obrigar a uma revisão orçamental para as entradas dos dinheiros, caso eles se consigam. Considera que não é um orçamento a que o vereador Joaquim Serra chama de demagógico, irresponsável e despesista, no entanto, se eu fosse oposição chamar-lhe-ia a mesma coisa. Comungo com algumas coisas que o vereador Joaquim Serra disse, nomeadamente no início da reunião, (período de antes da ordem do dia) e esperamos bem que isso se venha a concretizar, porque o objectivo dos eleitos em maioria é fazer as obras e melhorar o concelho.

Entretanto o Sr. Presidente colocou a proposta à votação. Assim, e conforme estabelecido na alínea c) do nº.2 do artigo 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, **a Câmara Municipal após analisar e discutir a referida proposta, deliberou, por maioria, com três votos a favor e dois votos contra submetê-la à aprovação da Assembleia Municipal.**

Votaram a favor os eleitos do PS. Votaram contra os eleitos da CDU que fundamentaram o seu sentido de voto com base nas considerações que acima referiram e invocaram.

b) Grandes Opções do Plano para o ano de 2005

Previamente distribuída por todo o executivo a proposta para as Opções do Plano para o ano de 2005, apresenta os seguintes valores:

Grandes Opções do Plano:

Valor definido: 9.183.250 Euros

Valor total: 12.365.519 Euros

PPI:

Valor definido: 8.212.250 Euros

Valor total: 11.394.519 Euros

Accões Mais Relevantes: 971.000 Euros -----

Conforme estabelecido na alínea c) nº.2 do artigo 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, **a Câmara Municipal após a elaboração, análise e discussão da referida proposta, deliberou, por maioria, com três votos a favor e dois votos contra submetê-la à aprovação da Assembleia Municipal.**-----

Votaram a favor os eleitos do PS. Votaram contra os eleitos da CDU e apresentaram a seguinte declaração de voto: “Face à receita prevista de 4.000.500.000,00 €, dos quais 3.000.475.655,00 Euros, 41% da receita de capital, são fictícios, não poderíamos nunca aprovar e dar o nosso voto de confiança a um instrumento que não tem base financeira para ser concretizado”.-----

Entretanto os eleitos do PS apresentaram a seguinte declaração de voto: “O Orçamento, PPI e Grandes Opções do Plano reflectem a política que o PS tem desenvolvido na autarquia desde 2002. O valor orçamentado proposto resulta das necessidades de este executivo considerar importantes para o bem estar e qualidade de vida das populações e espera que com a mudança de governo venham a resultar receitas extraordinárias que de uma vez por todas coloquem os concelhos do interior e particularmente o concelho de Borba com um crescimento/desenvolvimento acima da média, procurando esbater as assimetrias entre o litoral e o interior.”-----

Os referidos documentos ficarão arquivados em pasta anexa com o nº.1.-----

PONTO 2.3 – TABELA DE TAXAS, LICENÇAS E TARIFAS PARA O ANO DE 2005-----

Previamente distribuída por todo o executivo, e tendo em conta a alínea a) do nº.6 do artº. 64º da Lei nº.169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, **a Câmara Municipal propõe submeter a proposta da Tabela de Taxas, Licenças e Tarifas para o ano de 2005, à aprovação da Assembleia Municipal.**-----

O Sr. Presidente colocou a proposta à apreciação e discussão de todos os presentes e esclareceu que a única alteração que se fez relativamente à proposta do ano passado foi lançar a taxa de inflação com os arredondamentos necessários tal como refere o artº.123º da Tabela (disposições finais).-----

Entretanto os vereadores eleitos pela CDU apresentaram as seguintes considerações: “A proposta enviada para apreciação aos eleitos da CDU, apesar de apresentar a capa da Tabela de Taxas, Licenças e Tarifas para o ano de 2005, apresenta no cabeçalho das 30 páginas que a constituem, um

cabeçalho referente à Tabela de Taxas, Licenças e Tarifas para o ano de 2004, situação que deverá ser corrigida se ainda não o foi.-----

A proposta distribuída por não apresentar nenhuma nota explicativa relativamente às alterações introduzidas à tabela em vigor obriga a uma análise detalhada da mesma, o que face ao tempo disponível para preparar a reunião se torna impraticável e pouco frutuoso, no entanto, da análise efectuada constatamos:-----

Continuam a ser propostas taxas sem que existam regulamentos para as aplicar é o caso da taxa prevista no artigo 100º.-----

Existem taxas que dependem de fórmulas em que alguns índices devem ser revistos anualmente, e não o são desde 2003.-----

Continua a ser exigida aos consumidores de água, caução quando a lei prevê apenas para os consumidores faltosos.-----

Existem várias notas e observações em que os artigos estão trocados ou não fazem sentido.-----

Estranhámos também que às publicações tenham sido indexados aumentos.-----

Constatamos ainda que apesar do Sr. Presidente da Câmara reconhecer que os Municípios manifestam preocupações resultantes do emprego precário, desemprego ou instabilidade dos postos de trabalho, bem como da continuada quebra dos salários reais, que não acompanham os valores da inflação em anos consecutivos o que acarreta grandes dificuldades às famílias (acrescentamos nós) não tem sensibilidade para manter as taxas sem qualquer actualização e continua a aplicar valores superiores ao aumento real previsto para os salários.-----

Como é o caso das taxas referentes à emissão de alvará de licença ou autorização de obras de urbanização em que os aumentos atingem 12,50%.-----

Mais grave ainda é a nova proposta de aumentos para a água que por seu lado tem implicações nos lixos e no saneamento e em que os aumentos penalizam os menores consumidores com taxas de inflação que oscilam de 14,5% a 8,7 %.-----

Entretanto, usou da palavra o Sr. Presidente que referiu não perceber porquê o vereador Joaquim Serra refere que nas taxas referentes à emissão de alvará de licença ou autorização de obras de urbanização os aumentos atingem 12,50%, quando foram dadas ordens quem elaborou a proposta para se aplicar apenas a taxa de inflação, com os respectivos arredondamentos. É óbvio que não conferiu as taxas uma a uma porque tem que se ter confiança nas pessoas que elaboram os documentos.-----

Por sua vez o vereador Joaquim Serra entende que além de se introduzir a inflação com o respectivo arredondamento tem que se projectar o valor real.-----

O Sr. Presidente referiu que quando o vereador Joaquim Serra se refere à proposta de aumentos para a água, em que os aumentos penalizam os

menores consumidores com taxas de inflação que oscilam de 14,5% a 8,7%, esqueceu-se de que foi aprovado um regulamento que vai beneficiar os menores consumidores.-----

Entretanto o vereador Joaquim Serra referiu que no documento das Actividades Mais Relevantes não constam as dotações para fazer face a essas despesas.-----

O Sr. Presidente referiu que esta observação também ele a fez aos técnicos e, o entendimento destes é que, não tem que constar porque iria causar uma diminuição na receita não havendo, deste modo, razão para constar nas “Actividades Mais Relevantes”.-----

Contudo, o vereador Joaquim Serra sublinhou que, de acordo com o POCAL, não pode haver compensação de receitas, ou seja, se a Câmara atribui um subsídio às famílias tem que o dizer. Pois podem surgir problemas em justificar os subsídios porque não saem por essa rubrica.-----

Entretanto o Sr. Presidente salientou o seguinte: “O Sr. vereador Serra sabe muito bem que ainda não se aumentou a questão relacionada com os contadores de água. Os contadores de água são uma despesa brutal para a Câmara, que acaba por não ser ressarcida, e estes valores não podem continuar por muito mais tempo, ou seja, tem que se aumentar a quota de disponibilidade, porque o único aumento foi o correspondente à taxa de inflação. Reconheço que é um sacrifício que a Câmara está a fazer e, embora não se possa ir para um aumento drástico, deveria ter sido aumentado pontualmente ao longo dos anos. Na minha opinião esta questão não pode continuar por muito mais tempo, porque é um sacrifício muito grande para a Câmara, e certamente o vereador Joaquim Serra também é da mesma opinião.-----

Usou da palavra o vereador Joaquim Serra referindo que não concorda com o aumento sistemático das taxas e tarifas sem qualquer critério, porque se o aumento é apenas o correspondente à taxa de inflação, como diz o Sr. Presidente, se se verificar o aumento da água, a taxa de inflação não é de 13,7%.-----

O Sr. Presidente referiu que essa questão tem que ver com arredondamentos que foram feitos, e certamente que se trata de cêntimos, pois os arredondamentos nunca podem dar esses valores. No entanto se se pegar em números relativos em termos percentuais, é óbvio que as percentagens não ilustram o que se passa na realidade.-----

Entretanto usou da palavra o vereador Humberto Ratado dizendo que se tivesse na mesma posição política que o vereador Joaquim Serra, certamente que também faria as contas da mesma forma, porque é mais drástico ouvir falar de um aumento de 14% do que de um aumento mais suave. De qualquer forma, compreendo que a Câmara ainda não atingiu um patamar de receita suficiente para suportar uma despesa destas, e o Sr. vereador Joaquim Serra sabe muito bem que é assim, esteja à frente o

executivo PS ou o executivo CDU. Contudo, estamos preocupados com as famílias, mas não conseguimos suportar todas as despesas.-----

Usou da palavra o vereador Artur Pombeiro sublinhando que se analisarem bem esta questão, esta falta de receitas também é uma culpa de quem vinha de trás, que nunca pensou em alterar esta questão, ou seja: as quotas de disponibilidade tiveram sempre pequenas percentagens e agora não podemos aumentá-las repentinamente. Para conhecimento do Sr. Vereador Serra apenas informo que está prevista, para esta semana, a substituição de 70 contadores por avaria e ainda há pouco tempo foram substituídos cerca de 40, e este tipo de situações acarreta sempre grande despesa para a Câmara. Estas situações sempre aconteceram mas não acompanharam no tempo os aumentos que deveriam ter tido, mas como as coisas pararam no tempo, fica-se com a sensação que estamos a fazer grandes aumentos, no entanto, estamos apenas a recuperar aquilo que estava parado e, isto é inegável.-----

Seguidamente o Sr. Presidente colocou a proposta à votação. Assim e tendo em conta a alínea a) do nº.6 do artº. 64º da Lei nº.169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, a **Câmara Municipal depois de discutir e apreciar a proposta da Tabela de Taxas, Licenças e Tarifas para o ano de 2005, deliberou, por maioria, com três votos a favor e dois votos contra, submetê-la à aprovação da Assembleia Municipal. Votaram a favor os eleitos do PS. Votaram contra os eleitos da CDU e apresentaram a seguinte declaração de voto:** “Por falta de rigor no documento apresentado, contra a política sistemática de aumentos sem qualquer critério nas taxas e tarifas, criando maiores dificuldades aos Borbenses, os eleitos da CDU votam contra a proposta apresentada”.-----

Os eleitos do PS apresentaram a seguinte declaração de voto: “a Tabela de Taxas, Licenças e Tarifas para o ano de 2005 tem apenas o aumento correspondente à taxa de inflação com o respectivo arredondamento previsto no último artigo da referida tabela.-----

Ficará cópia da referida Tabela arquivada em pasta anexa como documento nº.2.-----

PONTO 2.4 – EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO-----

Na sequência do despacho do Sr. Presidente proferido em 18 de Novembro/04, e ratificado em reunião de Câmara de 24 de Novembro/04, foram solicitadas propostas relativas às condições de financiamento, a curto prazo, em conta corrente caucionada para o ano financeiro de 2005, até ao montante global de 347.000,00 €, com a finalidade de ocorrer a dificuldades de tesouraria, às seguintes entidades bancárias: Banco Espírito Santo, Banco Português do Investimento, Banco Português de Negócios,

Banco Totta, Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, Caixa Geral de Depósitos e Millennium BCP.-----

Entre as entidades bancárias contactadas apresentaram proposta as seguintes: Banco Espírito Santo, Banco Totta, Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, Caixa Geral de Depósitos e Millennium BCP.-----

Da análise efectuada, e de acordo com informação técnica (que se anexa em pasta anexa como documento nº.3) o factor de decisão foi a taxa de juro praticada, em função do spread aplicado, tendo em conta o factor de referência em todas as propostas é a EURIBOR. A Caixa Geral de Depósitos apresenta um spread mais baixo de 0,35%. sendo, neste caso, a mais vantajosa.-----

Pagamento de Juros: mensal, ou trimestral de acordo com a opção do município.-----

Taxa de Juro: Euribor 1, 3 ou 6 meses acrescidos de um “spread” de 0,35%.-----

Assim, tendo em conta o estipulado na alínea a) do nº.6 do artigo 64º da Lei nº.169/99, com a redacção dada pela Lei nº.5-A/2002, de 11 de Janeiro, **a Câmara Municipal propõe solicitar autorização à Assembleia Municipal para a contratação do referido empréstimo, junto da Caixa Geral de Depósitos.**-----

A proposta foi colocada à votação tendo sido deliberado, por unanimidade, a sua aprovação.-----

PONTO 2.5 – ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO-----

Previamente distribuída por todo o executivo, está presente a proposta de alteração ao Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização.-----

Tendo em conta alínea a) do nº.6 do artº. 64º da Lei nº.169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, **a Câmara Municipal propõe submeter a referida proposta de alteração à aprovação da Assembleia Municipal.**-----

A proposta foi colocada à votação tendo sido deliberado, por maioria, com três votos a favor e dois votos contra, a sua aprovação.-----

Votaram a favor os eleitos do PS. Votaram contra os eleitos da CDU, pelos motivos fundamentados na proposta da Tabela de Taxas Licenças e Tarifas para o ano de 2005.-----

Ficará cópia arquivada em pasta anexa como documento nº.4.-----

PONTO 2.6 – APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS:-----

a) “Adaptação e Reformulação das Salas e Instalações das Escolas Básicas do Concelho de Borba, Edifícios de Apoio e Arranjos Exteriores” à CCDRA, no âmbito do PORA-----

Propõe-se, para efeitos de aprovação, a apresentação da candidatura supra referida – Programa Especial de Reordenamento das Escolas do Ensino Básico do Alentejo” à CCDRA, no âmbito do PORA, cujo valor é de 801.098,66 Euros, incluindo IVA.-----

A proposta foi colocada à votação tendo sido deliberado, por unanimidade, a sua aprovação.-----

b) “Programa de Operacionalização do Investimento Turístico de Borba” ao Programa PIQTUR, Medida 4.1-----

Propõe-se, para efeitos de aprovação, a apresentação da candidatura, “Programa de Operacionalização do Investimento Turístico de Borba” ao Programa de Intervenções para a Qualificação do Turismo PIQTUR, Medida 4.1, cujo valor é de 47.778,50 Euros, incluindo IVA.-----

A proposta foi colocada à votação tendo sido deliberado, por unanimidade, a sua aprovação.-----

PONTO 2.7 – CONCURSO PÚBLICO PARA A EMPREITADA “PARQUE DESPORTIVO DE BORBA – 3ª FASE – RELVA SINTÉTICA DO CAMPO DE FUTEBOL/PISTAS REDUZIDAS PARA ATLETISMO”-----

A Câmara Municipal, deliberou por unanimidade proceder à abertura de Concurso Público para a empreitada “Parque Desportivo de Borba – 3ª Fase – Relva Sintética do Campo de Futebol/Pistas Reduzidas para Atletismo”, cujo valor estimado é de 910.000,00 Euros.-----

Foi deliberado, por maioria, com três votos a favor e duas abstenções aprovar o Programa de Concurso e o Caderno de Encargos, que ficarão arquivados em pasta anexa como documento nº.5-----

Votaram a favor os eleitos do PS. Abstiveram-se os vereadores eleitos pela CDU, por não terem tido conhecimento atempado dos documentos.-----

Conforme estipulado no nº.1 do artº.60 do Dec-Lei nº.59/99 de 02 de Março, **foi deliberado, por unanimidade, designar as seguintes comissões de acompanhamento do concurso:-----**

Comissão de Abertura do Concurso:-----

Presidente – Maria Rosa Ramos Grades – Chefe de Secção-----

Secretário – Vera Cristina Duarte Santos – Assistente Administrativa-----

Ana Maria Guégués Barroso – Assistente Administrativa Especialista-----

Comissão de Análise de Propostas:-----

Presidente – Vereador Artur João Rebola Pombeiro-----

Dr. Nuno Miguel Batalha Cavalheiro-----

Engº António Carlos da Silveira Menezes Nerra Marques-----

PONTO 2.8 – REQUERIMENTOS-----

Foram apresentados os seguintes requerimentos:-----

a) Pedidos de viabilidade-----

Processo: **331/04 DIV**-----

Requerente: **Mariana Clara Cardoso Vinhas**-----

Local: Horta do Rossio – Borba-----

Objecto do requerimento: Pedido de viabilidade para legalização de ampliação de moradia unifamiliar.-----

Tendo em conta os pareceres técnico e jurídico (que ficarão arquivados em pasta anexa como documento nº.6) **foi deliberado, por maioria, com três votos a favor e duas abstenções, aprovar o pedido de viabilidade.**

Votaram a favor os eleitos do PS. Abstiveram-se os eleitos da CDU.-----

Processo: **380/04 DIV**-----

Requerente: **Norberto Artur Giga Billo**-----

Local: Rua José Cardoso Pires, nº.4 – Borba-----

Objecto do requerimento: Pedido de viabilidade para legalização de anexo e alpendre.-----

Tendo em conta o parecer técnico (que ficará arquivado em pasta anexa como documento nº.7) **foi deliberado, por maioria, com três votos a favor e duas abstenções, aprovar o pedido de viabilidade.**

Votaram a favor os eleitos do PS. Abstiveram-se os eleitos da CDU.-----

PONTO 2.9 – ALTERAÇÃO À MINUTA DE CONTRATO DE URBANIZAÇÃO-----

A minuta do contrato de urbanização relativo às obras de urbanização do loteamento do prédio rústico sito no Barro Branco, da freguesia de Rio de Moinhos, celebrado entre a Câmara Municipal de Borba e o Sr. José Luís Ferreira Magalhães, esteve presente e foi aprovada em reunião de Câmara do dia 23/06/04. Contudo, posteriormente alterou-se a cláusula segunda e terceira, ficando a minuta com o seguinte teor:-----

1º Outorgante – Dr. Ângelo João Guarda Verdades de Sá, casado, natural e residente em Borba, na qualidade de Presidente da Câmara de Borba,

pessoa colectiva de direito público n.º 680012494, outorgando em representação da mesma ao abrigo das disposições legais em vigor.-----

2º Outorgante - José Luís Ferreira Magalhães, com o contribuinte fiscal n.º 142357120, residente na Alameda Ferrão Lopes, 23 , 4º B, em Algés.-----

Entre o 1º e o 2º outorgantes é celebrado o presente contrato de urbanização relativo às obras de urbanização do loteamento do prédio sito no Barro Branco, da freguesia de Rio de Moinhos e descrito na Conservatória do Registo Predial de Borba sob o n.º 00313/100991 e inscrito na matriz sob o artigo 97 D – Rústico, cujo processo administrativo tem o n.º 02/01.-----

“Um” – A primeira outorgante responsabiliza-se pela execução das infraestruturas correspondentes à parte pública (conforme consta das medições e orçamento anexo ao presente contrato que dele fazem parte integrante), que totalizam 5.691,46€ (cinco mil seiscentos e noventa e um euros e quarenta e seis cêntimos), sendo que o segundo outorgante é responsável por 50 % deste valor, e pela execução das demais obras de urbanização previstas para o loteamento.-----

“Dois” - O montante da caução prestada pelo segundo outorgante destina-se a assegurar o cumprimento deste contrato e a boa execução das obras de urbanização e é de 9.117,69 € (nove mil, cento e dezassete euros e sessenta e nove cêntimos), sendo este valor resultante do custo das obras de urbanização (6.271,96 €), acrescido de 50% do valor das infraestruturas correspondentes à parte pública (2.845,73 €).-----

“Três” – O prazo para execução das obras de Urbanização é de 60 dias.-----

Propõe-se que seja ratificada a referida minuta do contrato de urbanização.-----

A proposta foi colocada à votação tendo sido deliberado por unanimidade a sua aprovação.-----

PONTO 2.10 – APROVAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS DE LOTEAMENTO URBANO-----

Processo: **02/01** -----

Requerente: **José Luis Ferreira Magalhães** -----

Morada: Alameda Fernão Lopes, 23 - 4º B - Algés -----

Local: Barro Branco - Borba -----

Objecto de Requerimento: Loteamento Urbano.-----

De acordo com o parecer em anexo ao processo referente às infraestruturas do processo de loteamento, e recebidos os pareceres favoráveis das respectivas entidades, está o mesmo em condições de merecer deferimento.-----

Acrescenta-se ainda que de acordo com o artigo 53º do DL n.º 555/99 de 16 de dezembro alterado pelo DL n.º 177/01 de 4 de Junho estabelece-se o seguinte: -----

- a) o prazo para a execução das obras de urbanização é de 60 dias; -----
- b) o montante da caução destinada a assegurar a boa e regular execução das obras é de 9.117,69 € (nove mil, cento e dezassete euros e sessenta e nove cêntimos); -----
- c) no contrato de urbanização a celebrar, deve constar que a Câmara Municipal de Borba se responsabiliza pela execução das infraestruturas correspondentes à parte pública (conforme consta das medições e orçamento que se junta em anexo), que totalizam 5.691,46€ (cinco mil seiscientos e noventa e um euros e quarenta e seis cêntimos), sendo que o loteador é responsável por 50% deste valor, e pela execução das obras de urbanização previstas para o loteamento. -----

Convém esclarecer que o valor da caução resulta do custo das obras de urbanização a executar pelo loteador (6.271,96€), acrescido de 50% do custo das mesmas relativamente à parte pública (2.845,73€), totalizando o valor previsto para a caução. -----

Acrescenta-se que este processo, esteve presente em reunião de Câmara realizada em 08 de Janeiro de 2003. Foi deliberado por unanimidade a sua aprovação (que consta em gravação) mas, por lapso, a deliberação tomada não consta em acta.-----

Assim, e para sanar este lapso, propõe-se a aprovação das infraestruturas do processo de loteamento acima referido.-----

A proposta foi colocada à votação tendo sido deliberado, por maioria, com três votos a favor e duas abstenções a sua aprovação. Votaram a favor os eleitos do PS. Abstiveram-se os eleitos da CDU.-----

PONTO 2.11 – ADESÃO À ESTER-----

Tendo em conta a decisão tomada na última reunião de Câmara e conforme estipula a alínea j) do n.º.2 do artº.64º da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, **a Câmara Municipal propõe a adesão à proposta apresentada pela ESTER – Associação para a Formação Tecnológica no Sector das Rochas Ornamentais e Industriais** (que tem por objectivo a formação especializada destinada à preparação de jovens e pessoal das empresas ao nível da formação tecnológica específica e ainda a nível pós-licenciatura) **participando como sócio, na referida Associação.**-----

A proposta foi colocada à votação tendo sido deliberado, por maioria, com três votos a favor e duas abstenções a sua aprovação. Votaram a favor os eleitos do PS. Abstiveram-se os eleitos da CDU.-----

PONTO 2.12 - ADITAMENTO AO PROTOCOLO DE ACORDO PARA A EXECUÇÃO DO PROGRAMA MELHOR ACOLHIMENTO AO VISITANTE NO CONCELHO DE BORBA-----

Tendo em conta que o período de actividade ocupacional previsto na Cláusula 1ª do Protocolo de Acordo para a Execução do Programa Melhor Acolhimento ao Visitante no Concelho de Borba, ratificado em reunião de Câmara de 26 de Novembro de 2003, é prorrogado até 12 de Maio de 2005, propõe-se o a aprovação do aditamento ao protocolo acima referido, que ficará arquivado em pasta anexa como documento nº.8.-----

A proposta foi colocada à votação tendo sido deliberado, por unanimidade, a sua aprovação.-----

PONTO 2.13 – REFORMULAÇÃO DO VALOR DA CANDIDATURA ESTRADA DA NORA/BARRO BRANCO”

Propõe-se a aprovação da reformulação do valor da candidatura “Estrada da Nora/Barro Branco”, cujo valor global passará de 180.890,80 € para 230.890,80 €, assim discriminado:-----

. 147.381,68 € - por empreitada-----

. 72.981,82 € - por administração directa-----

. 10.527,30 € - fiscalização-----

A proposta foi colocada à votação tendo sido deliberado, por unanimidade, a sua aprovação.-----

PONTO 2.14 – EXECUÇÃO POR ADMINISTRAÇÃO DIRECTA DE TRABALHOS COMPENSATÓRIOS DE EXPROPRIAÇÃO NA ESTRADA NORA/BARRO BRANCO

Propõe-se que os trabalhos compensatórios de expropriação da obra Estrada Nora/Barro Branco, no valor de 72.981,82 Euros, sejam executados por administração directa.-----

Os trabalhos a executar são: Murete com uma fiada de tijolo de cimento, incluindo rede de arame zincado com 1,20 m de altura, fixa em tubagem galvanizada de 0,04m de diâmetro, espaçada de 3,0 em 3,0m.-----

A proposta foi colocada à votação tendo sido deliberado, por unanimidade, a sua aprovação.-----

PONTO 2.15 – ACTIVIDADES DA CÂMARA-----

Despachos elaborados ao abrigo da delegação de competências da Câmara Municipal no Presidente da Câmara-----

O Sr. Presidente informou sobre os assuntos aprovados por despacho ao abrigo da delegação de competências da Câmara Municipal que lhe foram delegadas. Referiu então que no período entre 23 de Novembro de 2004 e 10 de Dezembro de 2004 foi aprovada a 12ª Alteração Orçamental/2004 no valor de 65.950,00 Euros, tanto em receita como em despesa.-----

O Senhor Presidente informou que, para além das actividades normais de funcionamento e gestão, desde a última reunião de Câmara participou:-----

- ✓ Na realização da escritura do terreno adquirido à Santa Casa da Misericórdia de Borba destinada à construção do futuro Centro de Saúde;-----
- ✓ Na Inauguração da “Cozinha dos Ganhões” em Estremoz;-----
- ✓ No Conselho de Administração da GESAMB;-----
- ✓ Numa reunião com os técnicos das Águas do Centro Alentejo sobre a localização da ETAR de Rio de Moinhos;-----
- ✓ Numa reunião com o STAL;-----
- ✓ Numa Reunião do Por Alentejo;-----
- ✓ No Jantar da “Mostra Gastronómica da Caça” em Mora;-----
- ✓ Numa reunião sobre o Plano de Formação da AMDE;-----
- ✓ Numa reunião com o Sr. Abel Junqueira sobre o Plano de Pormenor da Zona Norte, onde foi vista a questão do terreno onde se encontra instalada a sede dos Motard’s.-----

O Vereador Artur Pombeiro, relativamente aos seus pelouros, prestou as seguintes informações:-----

- ✓ Arranjos paisagísticos do Largo da Cruz – obra em curso em fase de conclusão;-----
- ✓ Trabalhos na Ribeira – em fase de conclusão;-----
- ✓ Montagem das iluminações de Natal em todo o concelho;-----
- ✓ Preparação dos pavilhões da Ex-Coabo tendo em vista a realização do Natal do Idoso e dos Trabalhadores da Câmara Municipal;-----
- ✓ Loteamento do Forno-Orada – Continuação dos trabalhos e urbanização;-----
- ✓ Jardim Público (Parque Temático) – Continuação dos Trabalhos.-----

O Vereador Humberto Ratado, relativamente aos seus pelouros, prestou as seguintes informações:-----

- ✓ Reunião com o PIC – Projecto de Intervenção Comunitária, para definição do apoio logístico a prestar à Festa de Natal das crianças em colaboração com a Oficina da Criança;-----
- ✓ Procedeu-se à entrega dos Prémios do Concurso “Melhor Petisco” que se realizou durante e Festa da Vinha e do Vinho;-----
- ✓ Representação no XXV Aniversário do Rancho Folclórico “Cravos e Rosas do Alentejo”, da Casa da Cultura de Orada;-----
- ✓ Participação e colaboração entre o Agrupamento Monte, Associação de Montes Claros e Associação Rio Bodión de Zafra em reuniões e visitas em Borba e Zafra, durante e após a FVV, sempre no sentido de desenvolvimento e colaboração de estratégias turísticas para as regiões. De momento, ficou definido um folheto de rotas turísticas conjunto, que estará ao dispor tanto em Zafra como em Borba, logo que possível;-----
- ✓ Reunião com a empresa VIAMARCA, responsável pela colocação das placas correspondentes ao plano de sinalização turística concelhia de Borba. Toda a zona urbana de Borba e confirmação dos núcleos urbanos de Santiago, Nora, Barro Branco e Orada estão já em planta definida, prevendo-se para breve a sua colocação.-----
- ✓ Representação no XXIII Aniversário da Banda Filarmónica do Centro Cultural de Borba;-----
- ✓ Reunião em Albuquerque sobre a Temática do Fórum Transfronteiriço da Juventude, onde estiveram presentes os parceiros, nomeadamente, e chefe de fila do projecto PIRATE – JÁ (IPJ), um projecto no âmbito do INTERREGUE III A, consistindo em programação e definição do meios necessários às actividades planeadas, concretamente, com a adaptação do actual “Hospício” a Fórum Transfronteiriço da Juventude;-----
- ✓ Representação na Reunião da Assembleia do Agrupamento de Escolas de Borba;-----
- ✓ Reuniões com as Juntas de Freguesia do Município e outras Entidades no sentido de colaboração e definição dos apoios a ceder pela autarquia, às festividades a ocorrerem nesta Quadra Natalícia.-----

O vereador Humberto Ratado entregou ao vereador Joaquim Serra, tal como este pediu numa reunião de Câmara, informação do técnico do que foi adjudicado extra-concurso relativamente aos Pavilhões da Festa da Vinha e do Vinho.-----

O vereador Vicente Ermitão fez as seguintes observações:-----

✓ Voltou a chamar a atenção para a questão da Iluminação Pública do Loteamento do Forno-Orada que está a funcionar mal, havendo frequentes cortes de luz principalmente à noite.-----

O Sr. Presidente informou que tratou-se de uma avaria, a qual foi comunicada à EDP que demorou algum tempo a reparar. Contudo, ele próprio ligou para a EDP que lhe transmitiram que o problema já tinha sido resolvido no dia anterior.-----

✓ Relativamente à Estação de Tratamento da Orada, chamou a atenção para o facto das péssimas condições em que a mesma se encontra. Sublinhou que é um dos grandes prejudicados com esta situação, sobretudo durante o período do verão em que os gados chegaram a ter febre derivado às águas contaminadas.-----

O Sr. Presidente esclareceu que esta questão passou para as Águas do Centro Alentejo, e a informação que tem é que os concursos estão tratados relativamente às ETAR's de pequena dimensão. Não sabe quando começam os trabalhos. Sabe, porém, que em relação à ETAR de Rio de Moinhos o assunto já está completamente resolvido.-----

Entretanto o vereador Vicente Ermitão pediu ao Sr. Presidente que, enquanto a situação não se resolvesse, a Câmara prestasse algum apoio no sentido de limpar aquele espaço. O Sr. Presidente registou o pedido.---

O vereador Joaquim Serra colocou algumas questões, nomeadamente:-

✓ Tendo já tido conhecimento que o Jantar de Natal dos Trabalhadores da Câmara Municipal, irá realizar-se dia 23 de Dezembro, qual a participação da Câmara na Festa de Natal? O Sr. Presidente respondeu que, em princípio a Câmara vai assegurar o pagamento integral tal como fez no primeiro ano deste mandato. O vereador Joaquim Serra perguntou se com este não será um tratamento desigual em relação ao ano passado. O Sr. Presidente respondeu que não porque o ano passado a Festa de Natal dos Trabalhadores da Câmara Municipal só não se realizou porque a questão não foi tratada devidamente. O ano passado a Câmara não foi contactada a tempo para a realização da Festa, foi tudo falado lá fora, à revelia da Câmara, sem que tenha sido pedida uma reunião para se falar sobre o assunto, e perante uma situação destas, não poderia haver festa. No primeiro ano deste mandato, a Câmara também assegurou o pagamento integral do jantar, no segundo ano poderia muito ter sido feito da mesma maneira, embora nunca tenha sido dito que pelo facto de se pagar no primeiro ano se iria pagar sempre e, talvez fosse por isso que tivesse havido algum desentendimento mas, se tudo tivesse sido falado

atempadamente e com quem deveria ter sido falado, tudo se podia ter resolvido.-----

Antes de dar a reunião por encerrada o Sr. Presidente procedeu à leitura das deliberações aprovadas em minuta que, foram aprovadas por unanimidade e, ficarão arquivadas em pasta anexa.-----

-----**ENCERRAMENTO**-----

Por não haver mais nada a tratar o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, pelas dezasseis horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente acta, composta por vinte e uma páginas que vai ser assinada pelo Presidente e por mim, Aldina Vitória Bilro Vinhas do Maio, Assistente Administrativa Especialista que a redigi.-----